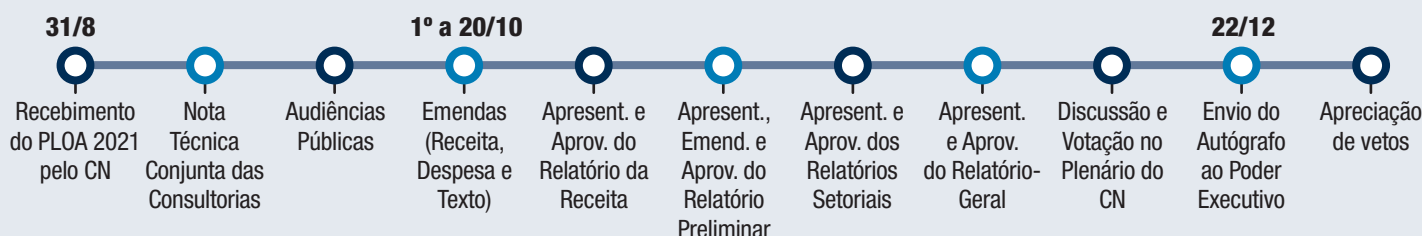


PLOA 2021

Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2021 - PLN 28/2020



1 2 3 Etapas de tramitação do PLOA 2021



1. VARIÁVEIS MACROECONÔMICAS

DESCRIÇÃO	2020	2021	
	AVALIAÇÃO 3º BIM	PLOA	EXPECTATIVA BACEN
PIB Nominal (R\$ bilhões)	7.174,0	7.662,0	-
Crescimento Real do PIB (%)	-4,7	3,2	3,5
IPCA Acumulado (%)	1,6	3,2	3,0
Taxa de Câmbio Média (R\$/US\$)	5,1	5,1	5,1
Taxa de Juros Selic – Média (%a.a.)	2,6	2,1	2,1
Crescimento da Massa Salarial (%)	-3,7	4,1	-
Salário Mínimo (R\$)	1.045,0	1.067,0	-
Reajuste do Salário Mínimo (%)	-	2,1	-

Fonte: Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 3º bim./2020, Mensagem Presidencial do PLOA 2021 e Sistema de Expectativas de Mercado do Banco Central para a data de 28/08/2020 (cálculo pela mediana).

As projeções do governo para 2021 quanto às taxas de câmbio e de juros mostram-se compatíveis com a previsão do mercado, constante do Sistema de Expectativas de Mercado do Banco Central para a data de 28/08/2020. A previsão do mercado para o crescimento do PIB é mais oti-

mista do que a adotada no PLOA, o que reforça a premissa conservadora, divulgada pelo Poder Executivo. Para a inflação, a expectativa do mercado é menor, o que aproximaria as previsões para o PIB nominal entre o PLOA e o mercado.

2. PRINCIPAIS COMPONENTES

R\$ bilhões

DESCRIÇÃO	PLOA 2021					
	TOTAL		REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA		LÍQUIDO DE FINANCIAMENTO	
	RECEITAS	DESPESAS	RECEITAS	DESPESAS	RECEITAS	DESPESAS
Orçam. Fiscal e da Seg. Social	4.147,6	4.147,6	1.603,5	1.603,5	2.544,1	2.544,1
<i>Fiscal</i>	3.286,5	2.990,2	1.603,5	1.603,5	1.683,0	1.386,7
<i>Seguridade Social</i>	861,0	1.157,4	0,0	0,0	861,0	1.157,4
(+) Orçam. Invest. das Estatais	144,3	144,3	0,0	0,0	144,3	144,3
(=) Total do Projeto	4.291,9	4.291,9	1.603,5	1.603,5	2.688,4	2.688,4

Fonte: Texto do PLOA 2021 e SIOP BI Gerencial/SOF.

A despesa total dos orçamentos fiscal e da seguridade social alcança R\$ 2.544,1 bilhões (líquidos do refinanciamento da dívida), sendo R\$ 2.123,7 bilhões (83,5%) de despesas correntes, R\$ 377,0 bilhões (14,8%) de despesas

de capital e R\$ 43,5 bilhões (1,7%) alocados em reserva de contingência. Do montante de despesas do orçamento da seguridade social, a parcela de R\$ 296,3 bilhões é custeada com recursos do orçamento fiscal.

3. RESULTADOS FISCAIS DO GOVERNO CENTRAL

DESCRIÇÃO DO ITEM	REALIZADO 2019		REPROG. 2020		PLOA 2021	
	R\$ BI	% PIB	R\$ BI	% PIB	R\$ BI	% PIB
I. Receita primária total	1.635,1	22,8	1.456,2	20,3	1.560,1	20,4
II. Transferência por repartição de receita	288,3	4,0	260,9	3,6	276,9	3,6
III. Receita primária líquida (I-II)	1.346,8	18,8	1.195,3	16,7	1.283,2	16,7
IV. Despesas primárias	1.441,8	20,1	1.982,8	27,6	1.516,8	19,8
Benefícios da Previdência	626,5	8,8	677,2	9,4	704,4	9,2
Pessoal e Encargos Sociais	313,1	4,4	324,8	4,5	337,3	4,4
Outras Despesas Obrigatórias	195,2	2,7	722,4	10,1	224,1	2,9
Despesas Obrigatórias com Controle de Fluxo	142,8	2,0	143,4	2,0	154,8	2,0
Despesas Discricionárias do Poder Executivo	164,2	2,3	115,1	1,6	96,1	1,3
V. Resultado primário Governo Central (III - IV)	-95,1	-1,3	-787,5	-11,0	-233,6	-3,0
VI. Discrepância estatística / Ajuste metodológico	6,2	0,1	-	-	-	-
VII. Resultado primário do Governo Central abaixo da linha (V + VI)	-88,9	-1,2	-787,5	-11,0	-233,6	-3,0
VIII. Meta de resultado primário do Governo Central	-139,0	-1,9	-124,1	-1,7	-233,6	-3,0
IX. Juros Nominais	-310,1	-4,3	-282,3	-3,9	-248,3	-3,2
X. Resultado Nominal Do Governo Central (VII + IX)	-399,0	-5,6	-1.069,7	-14,9	-481,9	-6,3

Fonte: Mensagem Presidencial do PLOA 2021. (1) O conceito de governo central abrange os orçamentos fiscal e da seguridade social da União.

O PLOA 2021 incorpora *deficit* primário de R\$ 233,6 bilhões para o exercício financeiro. Tal valor diverge dos R\$ 149,6 bilhões de *deficit* informados no anexo de riscos fiscais do PLDO 2021 e indica, de partida, a implementação da sistemática de ajuste da meta sempre que houver modificação das estimativas das receitas ou despesas primárias, conforme propõe o mesmo PLDO.

Embora deficitário, o resultado primário representa acentuada recuperação em relação ao exercício de 2020, quando foi afastada a exigibilidade do atingimento de resultados fiscais em virtude do estado de calamidade pública decorrente da pandemia de Covid-19 reconhecido pelo Congresso Nacional.

4. TETO DE DESPESAS PRIMÁRIAS

A Emenda Constitucional 95/2016 fixou limites individualizados aplicáveis às despesas primárias do Poder Executivo, dos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União, do Conselho Nacional do Ministério Público e da Defensoria Pública da União. Para 2021, o limite total incidente sobre as despesas primárias da União, excetuadas aquelas a que se refere o § 6º do art. 107 do ADCT, é de R\$ 1.485,9 bilhões (limite de R\$ 1.454,9 bilhões aplicável a 2020 corrigido por 2,13%, correspondentes ao IPCA acumulado de jul/2019 a jun/2020).

Nos termos dos §§ 7º e 8º do art. 107 do ADCT, a partir de 2020 não é mais possível a compensação de despesas

primárias entre o Poder Executivo e os órgãos dos demais Poderes.

Os valores dos limites individualizados dos órgãos do Poder Judiciário e do MPU sofreram pequenas correções em relação aos valores calculados na LOA 2020. Tais correções decorrem dos Acórdãos 3.072/2019 e 362/2020-TCU-Plenário, no âmbito do Processo TC 040.306/2019-4, que alteraram o cálculo do limite relativo ao teto de gasto das despesas primárias de que trata a EC 95/2017 em diante, do Ministério Público da União e do Poder Judiciário, respectivamente. As alterações consideram os valores pagos relativos ao crédito extraordinário para auxílio-moradia, efetivado por meio da Medida Provisória 711/2016, na base de cálculo do teto de gastos dos referidos órgãos.

Para o PLOA 2021, está fixado um excesso em relação ao teto individualizado do Ministério Público da União (MPU) no montante de R\$ 61,7 milhões, valor compensado pelo Poder Executivo de forma a preservar o total do teto de gastos. Tal valor refere-se à decisão prolatada em Acórdão

do Tribunal de Contas da União, no âmbito do processo TC 040.306/2019.

A tabela a seguir contém os valores individualizados para 2020, já com as correções determinadas pelo TCU, e os valores para 2021 corrigidos por 2,13%.

R\$ milhões

ÓRGÃO	LIMITE 2020	LIMITE 2021
Poder Executivo	1.391.955,5	1.421.604,1
Demais Poderes	62.990,6	64.332,3
Câmara dos Deputados	6.037,5	6.166,1
Senado Federal	4.444,1	4.538,8
Tribunal de Contas da União	2.088,1	2.132,6
Supremo Tribunal Federal	645,7	659,5
Superior Tribunal de Justiça	1.517,8	1.550,1
Justiça Federal	11.197,3	11.435,8
Justiça Militar da União	545,6	557,2
Justiça Eleitoral	7.378,5	7.535,6
Justiça do Trabalho	19.088,4	19.495,0
Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	2.696,7	2.754,1
Conselho Nacional de Justiça	197,2	201,4
Ministério Público da União	6.522,1	6.661,0
Conselho Nacional do Ministério Público	83,8	85,6
Defensoria Pública da União	547,8	559,4
Total	1.454.946,1	1.485.936,4

Fonte: Mensagem Presidencial do PLOA 2021.

5. REGRA DE OURO (ART. 167, III, DA CONSTITUIÇÃO)

O art. 167, III, da Constituição, veda a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, disposição conhecida como “regra de ouro” das finanças públicas. Assim como ocorreu no envio das propostas orçamentárias para 2019 e 2020, o PLOA 2021 abrange parcelas de despesas primárias a serem suportadas por operações de crédito excedentes ao limite constitucional, motivo pelo qual não poderão ser autorizadas pela lei orçamentária, mas apenas após aprovação de projetos de lei

de crédito suplementar ou especial por maioria absoluta do Congresso Nacional, exigência do referido dispositivo.

A parcela de operações de crédito excedente ao limite constitucional alcança o montante de R\$ 453,7 bilhões (na LOA 2020 o excedente foi de R\$ 343,6 bilhões). A Tabela a seguir detalha os valores projetados para as despesas primárias na LOA 2020 e no PLOA 2021 e as respectivas parcelas condicionadas à aprovação durante o exercício financeiro de 2021.

R\$ milhões

AÇÕES	LOA 2020			PLOA 2021		
	TOTAL	CONDICIONADAS		TOTAL	CONDICIONADAS	
		VALOR	% DO TOTAL		VALOR	% DO TOTAL
Benefícios Previdenciários do FRGPS	677.693,3	213.696,9	31,5	704.416,2	272.153,0	38,6
<i>Benefícios</i>	653.480,9	199.069,3	30,5	678.019,3	272.078,4	40,1
<i>Sentenças</i>	20.282,3	14.627,5	72,1	22.199,3	74,6	0,3
<i>Comprev</i>	3.930,2	0,0	0,0	4.197,6	0,0	0,0

R\$ milhões

AÇÕES	LOA 2020			PLOA 2021		
	TOTAL	CONDICIONADAS		TOTAL	CONDICIONADAS	
		VALOR	% DO TOTAL		VALOR	% DO TOTAL
Pessoal e Encargos Sociais	322.369,9	84.350,5	26,2	337.345,4	119.233,5	35,3
LOAS/RMV	61.488,8	0,0	0,0	66.122,5	223,2	0,3
<i>Benefícios</i>	60.145,6	0,0	0,0	64.702,3	0,0	0,0
<i>Sentenças</i>	1.343,1	0,0	0,0	1.420,2	223,2	15,7
Sentenças de Custeio e Capital	23.931,4	20.277,1	84,7	20.646,2	15.114,7	73,2
Complementação FUNDEB	16.462,1	0,0	0,0	19.604,4	14.391,3	73,4
Subsídios, Subvenções Econômicas e Proagro	14.148,5	4.810,04	34,0	14.018,67	3.700,69	26,4
Compensação ao FRGPS pelas Desonerações	10.269,0	5.000,0	48,7	3.704,9	1.852,5	50,0
Acordo entre União e Estados (ADO 25)	0,0	0,0	-	4.000,0	2.122,4	53,1
Obrigatórias com Controle de Fluxo (Executivo)	143.309,3	3.858,8	2,7	154.838,5	3.898,4	2,5
<i>Bolsa Família</i>	29.484,9	521,3	1,8	34.858,2	535,7	1,5
<i>Benefícios aos Servidores (Executivo, exceto FCDF)</i>	14.363,2	3.337,5	23,2	14.513,2	2.604,0	17,9
<i>Demais</i>	99.461,1	0,0	0,0	105.467,1	758,7	0,7
Discricionárias do Poder Executivo	126.272,5	11.630,3	9,2	96.052,7	21.025,7	21,9
Demais	83.558,8	0,0	0,0	96.050,4	0,0	0,0
Total da Despesa (exceto transferências)	1.479.503,7	343.623,6	23,2	1.516.799,9	453.715,4	29,9

Fonte: Apresentação do Ministério da Economia sobre o PLOA 2021.

6. ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL POR NATUREZA DA DESPESA

R\$ bilhões

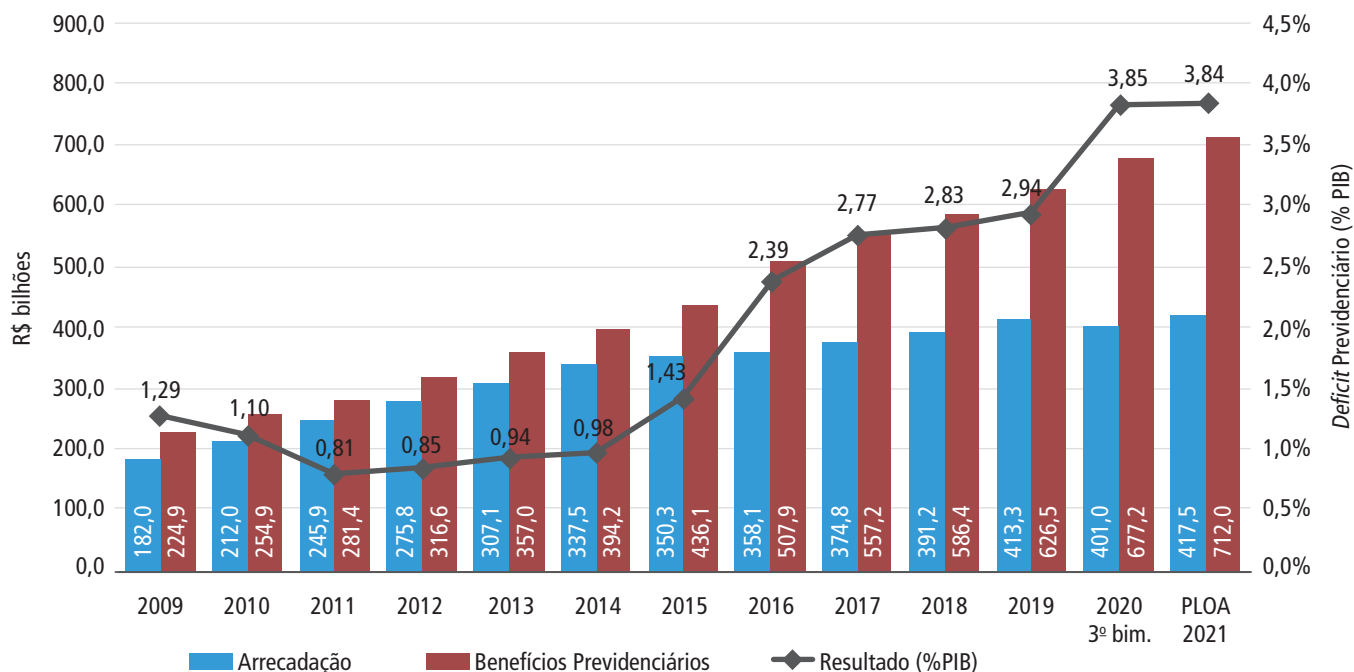
DISCRIMINAÇÃO	EMPENHADO 2019	AUTORIZADO 2020	PLOA 2021	PLOA 2021/ AUT. 2020 (VAR. %)
1 - Pessoal e Encargos Sociais	333,0	345,1	363,7	5,4%
3 - Outras Despesas Correntes	1.356,9	1.816,4	1.397,4	-23,1%
4 - Investimentos	42,5	43,0	25,9	-39,8%
5 - Inversões Financeiras	76,6	229,5	80,8	-64,8%
9 - Reserva de Contingência	-	33,5	43,5	29,8%
Subtotal 1 (despesas exceto serviço da dívida)	1.809,0	2.467,5	1.911,2	-22,5%
2 - Juros e Encargos da Dívida	285,2	409,6	362,6	-11,5%
6 - Amortização da Dívida	752,5	1.193,1	1.873,8	57,1%
Subtotal 2 (serviço da dívida)	1.037,8	1.602,6	2.236,4	39,5%
Total da Despesa	2.846,8	4.070,2	4.147,6	1,9%

Fonte: PLOA 2021 e SIOPI Gerencial/SOF.

Relativamente aos valores autorizados para 2020, destaca-se a redução, em termos nominais, de 23,1% em outras despesas correntes (GND 3) e de 39,8% em investimentos (GND 4). A dotação em GND 3 foi substancialmente aumentada em 2020 por conta das despesas de combate à pandemia de Covid-19. No caso do GND 4, deve-se ter em conta que a queda evidenciada no PLOA 2021 será parcialmente revertida durante sua tramitação, com alocação de recursos oriundos de emendas, visto que, em parte, remanejam recursos da reserva de con-

tingência (GND 9) para investimentos. Por outro lado, a elevação expressiva da dotação autorizada para 2020 em inversões financeiras (GND 5) decorreu da alocação de recursos da Seguridade Social em despesas financeiras nesse grupo de despesa, o que não se repetiu no PLOA 2021, de modo que se registra redução de 64,8%. O crescimento de 57,1% na amortização da dívida (GND 6), em relação ao autorizado para 2020, reflete a concentração de vencimentos de títulos públicos em 2021, o que eleva a despesa com refinanciamento.

7. REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

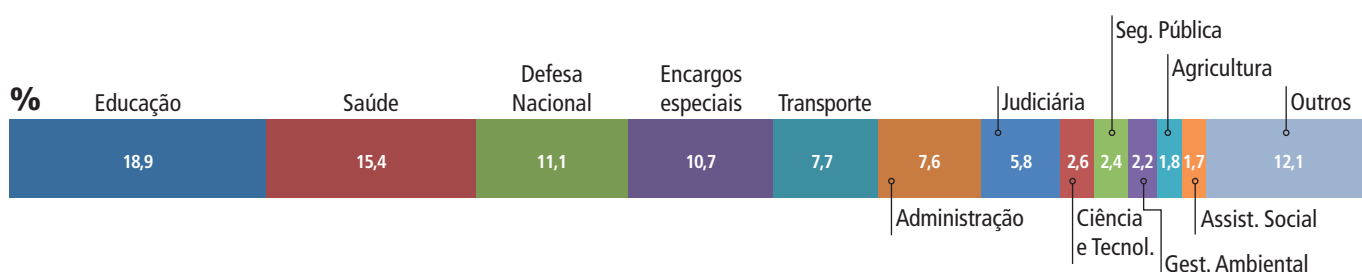


Fonte: Relatório de avaliação de receitas e despesas primárias - 3º bimestre de 2020, PLOA 2021, BEPS e IBGE.

A necessidade de financiamento do Regime Geral de Previdência Social, em percentual do PIB, apresentou certa estabilidade até 2014. A partir de então, os *deficit* anuais em proporção do PIB passaram a ser crescentes. No entanto, a expectativa para 2021 é de estabilização desse *deficit*, cuja estimativa na proposta orçamentária

é de R\$ 294,5 bilhões, tendo em vista uma arrecadação de R\$ 417,5 bilhões para fazer frente a uma despesa de R\$ 712,0 bilhões. Na mensagem que encaminha a proposta orçamentária para 2021, o valor da despesa é de R\$ 704,4 bilhões, pois considera que R\$ 7,6 bilhões serão pagos no exercício seguinte.

8. DESPESAS DISCRICIONÁRIAS POR FUNÇÃO



Fonte: SIOP BI Gerencial/SOF. Consideram-se despesas discricionárias as marcadas com identificador de resultado primário 2 e 3.

As despesas primárias discricionárias dos orçamentos fiscal e da seguridade social totalizam R\$ 105,8 bilhões no PLOA 2021, excluída a reserva de contingência (GND 9), que soma R\$ 16,3 bilhões. O PLOA 2020 encaminhado

pela Mensagem Modificativa apresentou despesas primárias discricionárias de R\$ 95,0 bilhões e reserva de contingência primária (GND 9) de R\$ 15,4 bilhões.

9. GASTOS COM SAÚDE E EDUCAÇÃO

O projeto prevê a aplicação de R\$ 98,9 bilhões em manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE), e R\$ 124,6 bilhões em ações e serviços públicos de saúde (ASPS). O PLOA 2020 previa a aplicação de R\$ 98,3 bilhões e R\$ 122,9 bilhões nas respectivas áreas. Já o valor atual-

mente autorizado para 2020 alcança R\$ 101,5 bilhões e R\$ 125,1 bilhões, respectivamente.

Para alcançar os R\$ 124,6 bilhões em despesa com ASPS, o Poder Executivo considerou que R\$ 7,3 bilhões de emen-

das impositivas serão alocadas em saúde. De acordo com a Constituição Federal, metade dos recursos das emendas individuais (R\$ 4,8 bilhões) tem destinação assegurada para saúde. Entretanto, em relação às emendas de bancadas estaduais, não há nenhum normativo que obrigue a destinação para ASPS.

De acordo com a regra instituída pela EC 95/2016, os valores mínimos a serem aplicados em MDE e ASPS no exercício de 2021 corresponderão aos valores calculados para as aplicações mínimas de 2020 corrigidos por 2,13% (IPCA acumulado de jul/2019 a jun/2020). Para a saúde, estima-se valor mínimo de

R\$ 123,8 bilhões, enquanto para a educação, valor mínimo de R\$ 55,6 bilhões.

Ademais, conforme a Mensagem Presidencial, o PLOA já contempla o efeito da promulgação da EC 108/2020 relativamente ao Fundo de Desenvolvimento e Valorização dos Profissionais de Educação (Fundeb), elevando a complementação da União do patamar dos atuais 10% para 12% dos aportes dos Estados, Distrito Federal e Municípios em 2021. Destaque-se, contudo, que 73% do total de recursos encontram-se condicionados à aprovação do crédito adicional requerido pelo art. 167, VIII, da Constituição (regra de ouro).

10. ATENDIMENTO DE EMENDAS

O PLOA 2021 contém duas reservas para atendimento de emendas de execução obrigatória segundo o autor da iniciativa, parlamentar ou bancada. O valor global das reservas (R\$ 16,3 bilhões) representa 1,1% das despesas primárias (exceto transferências) e é 6,2% superior ao valor reservado para emendas no PLOA 2020 – Mensagem Modificativa (R\$ 15,4 bilhões).

O valor da reserva para atendimento de emendas individuais (R\$ 9,7 bilhões) corresponde ao valor reservado no PLOA 2020 – Mensagem Modificativa (R\$ 9,5 bilhões) corrigido pelo IPCA acumulado de jul/2019 a jun/2020 (2,13%). Os R\$ 9,7 bilhões de emendas individuais serão distribuídos pelos 594 parlamentares no exercício do mandato, o que resultará em valor máximo por parlamentar de R\$ 16.279.986, divisível em até 25 emendas.

Já para atendimento de emendas de bancada estadual, foi reservado o valor de R\$ 6,7 bilhões, que representa um aumento de 12,6% em relação aos R\$ 5,9 bilhões reservados no PLOA 2020 – Mensagem Modificativa, destes já deduzidos os valores que foram destinados ao Fundo Especial de Financiamento de Campanha. Caso seja mantida a regra de distribuição do PLOA 2020, os R\$ 6,7 bilhões serão repartidos igualmente entre as bancadas estaduais, o que resultará em valor máximo de R\$ 247.193.166 por bancada (divisível entre 15 a 20 emendas, a depender do tamanho da bancada). Conforme a EC 100/2019, o montante de execução obrigatória para 2021 deverá ser de até 1,0% da Receita Corrente Líquida realizada ao final de 2020.

11. DESPESA TOTAL POR ÓRGÃO - ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

R\$ milhões

ÓRGÃO	DESPESA PRIMÁRIA				DESPESA FINANCEIRA		DESPESA TOTAL	
	CONDICIONADA	%	TOTAL	%	VALOR	%	VALOR	%
PODER LEGISLATIVO	0,0	0,0	12.837,5	0,7	668,0	0,0	13.505,4	0,3
01000 - CAMARA DOS DEPUTADOS	0,0	0,0	6.166,1	0,3	295,5	0,0	6.461,6	0,2
02000 - SENADO FEDERAL	0,0	0,0	4.538,8	0,3	196,8	0,0	4.735,6	0,1
03000 - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO	0,0	0,0	2.132,6	0,1	175,7	0,0	2.308,3	0,1
PODER JUDICIÁRIO	0,0	0,0	45.376,9	2,5	5.144,9	0,2	50.521,7	1,2
10000 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	0,0	0,0	659,5	0,0	53,0	0,0	712,5	0,0
11000 - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	0,0	0,0	1.550,1	0,1	134,2	0,0	1.684,4	0,0
12000 - JUSTIÇA FEDERAL	0,0	0,0	11.435,8	0,6	1.520,5	0,1	12.956,3	0,3
13000 - JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO	0,0	0,0	557,2	0,0	40,8	0,0	597,9	0,0
14000 - JUSTIÇA ELEITORAL	0,0	0,0	8.723,7	0,5	748,4	0,0	9.472,0	0,2
15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO	0,0	0,0	19.495,0	1,1	2.304,6	0,1	21.799,6	0,5
16000 - JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS	0,0	0,0	2.754,1	0,2	333,4	0,0	3.087,6	0,1
17000 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	0,0	0,0	201,4	0,0	10,0	0,0	211,5	0,0

R\$ milhões

ÓRGÃO	DESPESA PRIMÁRIA				DESPESA FINANCEIRA		DESPESA TOTAL	
	CONDICIONADA	%	TOTAL	%	VALOR	%	VALOR	%
MINISTÉRIO PÚBLICO	0,0	0,0	6.808,3	0,4	804,1	0,0	7.612,4	0,2
34000 - MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	0,0	0,0	6.722,7	0,4	797,6	0,0	7.520,4	0,2
59000 - CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO	0,0	0,0	85,6	0,0	6,4	0,0	92,0	0,0
DEFENSORIA PÚBLICA	0,0	0,0	559,4	0,0	48,4	0,0	607,8	0,0
29000 - DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO	0,0	0,0	559,4	0,0	48,4	0,0	607,8	0,0
PODER EXECUTIVO	453.715,4	100,0	1.722.653,0	96,3	2.352.679,9	99,7	4.075.332,9	98,3
20000 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	636,4	0,1	1.359,1	0,1	96,1	0,0	1.455,3	0,0
22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO	6.245,7	1,4	13.771,5	0,8	1.972,4	0,1	15.743,9	0,4
24000 - MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES	2.314,0	0,5	5.268,3	0,3	5.113,4	0,2	10.381,8	0,3
25000 - MINISTÉRIO DA ECONOMIA	288.269,3	63,5	825.849,8	46,2	26.859,5	1,1	852.709,3	20,6
26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	48.536,4	10,7	113.471,9	6,3	8.585,0	0,4	122.056,8	2,9
30000 - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA	6.502,1	1,4	15.400,5	0,9	2.185,5	0,1	17.586,0	0,4
32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA	1.076,0	0,2	8.001,7	0,4	1.983,6	0,1	9.985,3	0,2
35000 - MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES	2.233,8	0,5	4.075,7	0,2	163,5	0,0	4.239,3	0,1
36000 - MINISTÉRIO DA SAÚDE	2.256,6	0,5	135.071,6	7,6	1.689,7	0,1	136.761,3	3,3
37000 - CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO	608,9	0,1	1.016,7	0,1	128,7	0,0	1.145,3	0,0
39000 - MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA	2.138,9	0,5	12.895,0	0,7	6.045,6	0,3	18.940,6	0,5
41000 - MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES	1.033,2	0,2	2.972,6	0,2	1.347,2	0,1	4.319,8	0,1
44000 - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE	897,0	0,2	2.151,3	0,1	469,8	0,0	2.621,1	0,1
52000 - MINISTÉRIO DA DEFESA	50.745,5	11,2	110.784,2	6,2	5.166,1	0,2	115.950,3	2,8
53000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	2.620,4	0,6	8.917,2	0,5	187,2	0,0	9.104,4	0,2
54000 - MINISTÉRIO DO TURISMO	582,7	0,1	1.225,0	0,1	753,4	0,0	1.978,3	0,0
55000 - MINISTÉRIO DA CIDADANIA	1.066,5	0,2	104.181,8	5,8	100,6	0,0	104.282,4	2,5
60000 - GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	10,2	0,0	15,8	0,0	0,0	0,0	15,8	0,0
63000 - ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO	2.224,0	0,5	3.678,9	0,2	436,7	0,0	4.115,7	0,1
71000 - ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIÃO	25.228,8	5,6	39.489,5	2,2	12.811,1	0,5	52.300,6	1,3
73000 - TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS	4.477,8	1,0	292.610,2	16,4	539,9	0,0	293.150,2	7,1
74000 - OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO	3.875,2	0,9	11.100,8	0,6	41.321,2	1,8	52.421,9	1,3
75000 - DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL	0,0	0,0	0,0	0,0	2.232.495,8	94,6	2.232.495,8	53,8
81000 - MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS	135,8	0,0	289,4	0,0	160,5	0,0	449,9	0,0
90000 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,0	0,0	9.054,6	0,5	2.067,3	0,1	11.121,9	0,3
TOTAL	453.715,4	100,0	1.788.235,0	100,0	2.359.345,3	100,0	4.147.580,3	100,0

Fonte: PLOA 2021 e Siga Brasil.

ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle – CONORF (SF)
 Consultora-Geral: Ana Claudia Castro Silva Borges
<http://www.senado.leg.br/sf/orcamento>
 Tel: (61) 3303-3318 | conorf@senado.leg.br

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – CONOF (CD)
 Diretor: Wagner Primo Figueiredo Júnior
<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/orcamentobrasil>
 Tel: (61) 3216-5100 | conof@camara.leg.br